

Diário do Legislativo de 11/06/2002

MESA DA ASSEMBLÉIA

Presidente: Antônio Júlio - PMDB

1º-Vice-Presidente: Alberto Pinto Coelho - PPB

2º-Vice-Presidente: Ivo José - PT

3º-Vice-Presidente: Olinto Godinho - PTB

1º-Secretário: Mauri Torres - PSDB

2º-Secretário: Wanderley Ávila - PPS

3º-Secretário: Álvaro Antônio - PDT

SUMÁRIO

1 - ATAS

1.1 - Reuniões de Comissões

2 - ORDENS DO DIA

2.1 - Plenário

2.2 - Comissões

3 - EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

3.1 - Plenário

4 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

5 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATAS

ATA DA 18ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Defesa do Consumidor

Às quinze horas do dia oito de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Maria José Haueisen, Bené Guedes e Doutor Viana, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria José Haueisen, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Doutor Viana, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a debater, em audiência pública, a eventual retenção do Certificado de Registro de Licenciamento de Veículos nos casos em que o condutor houver interposto recurso contra infração de trânsito e o recurso estiver pendente de julgamento. A Presidência comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Bel. Adilson Lamounier, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Belo Horizonte, publicado no "Diário do Legislativo" de 4/5/2002; e do Sr. Ricardo Mendanha Ladeira, Diretor-Presidente da BHTRANS, informando que se fará representar pela advogada Adriana Neumann Campos, na reunião. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 3.299/2002, da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social. Passa-se à 3ª Fase do Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos da Deputada Maria José Haueisen em que solicita a realização de audiência pública da Comissão, para debater o aumento de crimes praticados contra o consumidor, especificamente a clonagem de cartões bancários e as eventuais ações que possam ser empreendidas com o objetivo de proteger os consumidores; e em que solicita a realização de audiência pública da Comissão, para debater o não-cumprimento das leis que asseguram a entidades de assistência social e declaradas de utilidade pública estadual gratuidade no pagamento de taxas cartoriais. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados, que discorrerão sobre o tema objeto da reunião. Registra-se a presença dos Srs. Adriana Neumann Campos Morato Pimentel, Assessora Jurídica da BHTRANS, e Álvaro Campos de Carvalho, Chefe de Serviços de Operações Rodoviárias em Minas Gerais do DNER, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidente, autora do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais; logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, dos convidados e dos demais participantes, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 22 de maio de 2002.

Maria José Haueisen, Presidente - Doutor Viana - Agostinho Patrús.

ATA DA 76ª REUNIÃO Ordinária da Comissão de Turismo, Indústria e Comércio

Às nove horas e trinta minutos do dia quinze de maio de dois mil e dois, comparecem no Teatro da Fundação Universidade Federal de São João del-Rei - FUNREI - os Deputados Maria Olívia, Ambrósio Pinto e Pastor George, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, a Presidente, Deputada Maria Olívia, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Ambrósio

Pinto, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência informa que a reunião se destina a promover um debate acerca das potencialidades turísticas da região das Vertentes e sobre a política de desenvolvimento do ecoturismo e do turismo sustentável. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Pastor George em que solicita seja enviado ofício ao DER-MG para se obterem informações sobre as ações efetivas desse órgão na região de São João del-Rei; e Maria Olívia em que solicita seja enviado ofício ao Instituto Estadual de Florestas - IEF - pedindo providências para se aprovar a criação do Conselho Consultivo da Área de Proteção Ambiental - APA - de São José. A Presidência destina essa parte da reunião a ouvir os convidados presentes. Registra-se a presença do Vereador Antônio Viriato; da Sra Percília de Oliveira Moraes, representando o Prefeito Municipal; das Sras. Maria de Lourdes Belo, representando a Associação Comercial de São João del-Rei; Adriana Maria Cunha, representando o Instituto de Ensino Superior; dos Srs. Edilson Euzébio Vitorelli, Presidente da Câmara dos Dirigentes Lojistas; Waneer Pastorim Adad, Presidente do Sindicato do Comércio; Hélio Rabelo, Diretor de Projetos Especiais da Secretaria de Estado de Turismo, os quais são convidados a tomar assento à mesa. A Presidência concede a palavra ao Deputado Ambrósio Pinto, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, a Presidência passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta nas notas taquigráficas. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 21 de maio de 2002.

Maria Olívia, Presidente - Márcio Cunha - Ambrósio Pinto.

ATA DA 21ª REUNIÃO Extraordinária da Comissão de Saúde

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte e um de maio de dois mil e dois, comparecem na Sala das Comissões os Deputados Cristiano Canêdo, Cabo Morais e José Braga, membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o Presidente, Deputado Cristiano Canêdo, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do Deputado Cabo Morais, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da Comissão presentes. A Presidência procede à leitura da correspondência. A seguir, o Presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, para as quais designou os relatores citados a seguir: Projeto de Lei nº 1.528/2001, no 1º turno, ao Deputado Adelmo Carneiro Leão; Projeto de Lei nº 1.659/2001, em turno único, ao Deputado Cabo Morais; Projeto de Lei nº 2.065/2002, em turno único, ao Deputado Adelmo Carneiro Leão; Projeto de Lei nº 2.089/2002, no 1º turno, ao Deputado Carlos Pimenta; e Projeto de Lei nº 1.299/2000 ao Deputado Carlos Pimenta. Passa-se à 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. O Presidente passa a palavra ao Deputado José Braga, para que proceda à leitura de seu parecer sobre o substitutivo e as emendas recebidas em Plenário ao Projeto de Lei nº 943/2000, no 2º turno, mediante o qual conclui pela rejeição do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1 e 2 apresentadas em Plenário. Submetido à discussão e votação, é o parecer aprovado. Logo após, o Presidente solicita ao Deputado José Braga que proceda à leitura de seu parecer ao Projeto de Lei nº 1.951/2002, no 1º turno, mediante o qual conclui pela aprovação com as Emendas nºs 1 a 3, da Comissão de Constituição e Justiça. Submetido a discussão e votação, é o parecer aprovado. Passa-se à 2ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado, em turno único, o Projeto de Lei nº 2.042/2002 (relator: Deputado Cabo Morais). A seguir, o Presidente submete a votação, os Requerimentos nºs 3.278, 3.279, 3.324 e 3.341/2002, os quais são aprovados. Passa-se à 3ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo a discussão e a votação de proposições da Comissão. Submetidos a votação, são aprovados requerimentos dos Deputados Elbe Brandão, em que solicita audiência pública para discutir a inclusão de cirurgião-dentista no Programa de Interiorização do Trabalho em Saúde - PITS -, promovido pelo Ministério da Saúde; do Deputado Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja enviado ofício ao Secretário da Saúde para que informe à Comissão o número de convênios assinados para o repasse de verbas, bem como os órgãos e municípios com os quais foram firmados, e forneça modelo de cada tipo de convênio, tendo em vista informações prestadas por essa autoridade perante a Comissão, de que existem Restos a Pagar do Exercício de 2001, através do Fundo Estadual de Saúde - FES -, em quantia superior a R\$315.000.000,00; do Deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja pedido o envio à Comissão pela Diretoria de Saúde da Polícia Militar de laudo técnico do vazamento de gás tóxico ocorrido em novembro de 2000 nas dependências do Hospital Militar, nas áreas do Centro Médico de Enfermagem e do Bloco Cirúrgico; do Deputado Doutor Viana, em que solicita audiência pública para tratar do descredenciamento de hospitais mineiros que prestavam serviços ao Sistema Único de Saúde. Cumprida a finalidade da reunião, a Presidência agradece a presença dos parlamentares, convoca os membros da Comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 23 de maio de 2002.

Cristiano Canêdo, Presidente - Carlos Pimenta - Adelmo Carneiro Leão - Jorge Eduardo de Oliveira.

ORDENS DO DIA

Ordem do dia da 366ª reunião ordinária, em 11/6/2002

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações da Presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Interrupção da reunião para encerramento do Fórum Técnico sobre a Consolidação das Leis e o Aperfeiçoamento da Democracia.

2ª Fase

(das 16h15min às 18 horas)

(Regimental)

Discussão e votação de pareceres de redação final.

Ordem do dia da 20ª reunião ordinária da CPI das Carvoarias, a realizar-se às 9h30min do dia 11/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: apreciar o relatório final dos trabalhos.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 103ª reunião ordinária da comissão de Constituição e Justiça, a realizar-se às 10 horas do dia 11/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 2.057/2002, do Deputado Olinto Godinho; 2.068/2002, do Deputado João Pinto Ribeiro; 2.091/2002, do Deputado Olinto Godinho; 2.127/2002, do Deputado Alencar da Silveira Júnior; 2.158/2002, do Deputado Agostinho Silveira; 2.169 e 2.170/2002, do Governador do Estado; 2.172/2002, do Deputado Cristiano Canêdo; 2.179/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembléia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 1.384/2001, da Deputada Maria Olívia; 1.909/2001, do Deputado João Leite; 1.999/2002, do Deputado Dilzon Melo; 2.027/2002, do Deputado Wanderley Ávila; 2.073/2002, do Deputado Jorge Eduardo de Oliveira; 2.162/2002, do Deputado Kemil Kumaira; 2.163/2002, do Deputado Edson Rezende; 2.164/2002, do Deputado Ivo José; 2.165/2002, da Deputada Maria José Hauelsen; 2.166/2002, do Deputado Luiz Tadeu Leite; 2.167 e 2.168/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.173/2002, do Deputado Cristiano Canêdo; 2.174/2002, do Deputado Glycon Terra Pinto; 2.178/2002, do Deputado Dalmo Ribeiro Silva; 2.180/2002, do Deputado Djalma Diniz; 2.181/2002, do Deputado Marco Regis; 2.183/2002, do Deputado Ivo José; 2.185/2002, do Deputado Sebastião Navarro Vieira.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 5ª reunião ordinária da CPI dos Cartórios, a realizar-se às 14h30min do dia 11/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 17ª reunião ordinária da comissão de CPI do Sistema Prisional, a realizar-se às 15 horas do dia 11/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: ouvir o depoimento do Sr. Márcio Barroso Domingues, Secretário de Estado da Segurança Pública.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 80ª reunião ordinária da comissão de Turismo, Indústria e Comércio, a realizar-se às 9h30min do dia 12/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembléia:

No 1º turno: Projeto de Lei nº 2.104/2002, do Deputado Antônio Carlos Andrada.

Finalidade: debater com os convidados as questões ligadas ao funcionamento do aeroporto da Pampulha e de Confins.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

Ordem do dia da 94ª reunião ordinária da comissão de Defesa do Consumidor, a realizar-se às 10 horas do dia 12/6/2002

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Finalidade: debater o não-cumprimento das Leis nºs 12.461, de 1997, e 13.643, de 2000, que asseguram a entidades de assistência social e declaradas de utilidade pública estadual gratuidade no pagamento de taxas cartoriais.

Discussão e votação de proposições da Comissão.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

Edital de Convocação

Reunião Especial da Assembléia Legislativa

O Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião especial da Assembléia para as 8h30min do dia 11/6/2002, destinada ao prosseguimento do Fórum Técnico sobre a Consolidação das Leis e o Aperfeiçoamento da Democracia.

Palácio da Inconfidência, 10 de junho de 2002.

Antônio Júlio, Presidente.

PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

363ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Discursos Proferidos em 4/6/2002

A Deputada Maria Olívia - Sr. Presidente, Srs. Deputados, senhores e senhoras que ocupam as nossas galerias, venho a esta tribuna prestar uma homenagem ao filho mais ilustre de nossa Lagoa da Prata, o volante da Seleção Brasileira, Gilberto Silva.

O jornal "Hoje em Dia" do último dia 25 de maio trouxe matéria contando a vida do nosso ídolo, com a manchete: "Menino de Ouro de Lagoa da Prata". Realmente, a sua história de vida é exemplo para todas as crianças da nossa cidade.

A terra do sol, dos canaviais viu Gilberto Silva nascer e crescer. Ontem a cidade acordou mais cedo, para ver entrar em campo, numa Copa do Mundo, o menino que ali viveu com grandes dificuldades, o filho exemplar do Sr. Nísio e de Maria Izabel. Gilberto Silva não estava na lista dos titulares, mas, como disse seu pai: "Tudo acontece com ele no devido tempo; sempre foi assim com ele". E quando o Brasil entra em campo, lá está ele, com responsabilidade e humildade.

O Menino de Ouro de Lagoa da Prata sempre foi tímido, bom filho e chegou a ser ajudante de pedreiro num período difícil de sua vida.

Quando freqüentava a escola pública, sentava-se nos últimos lugares da sala de aula, mas na hora do recreio era o primeiro a chegar na quadra esportiva. Na escolinha do Lagoa Futebol Clube, Gilberto Silva começou a aprender técnicas e sempre se sobressaiu, conforme disse o seu primeiro técnico, o conhecido Tio Grilo. Queremos louvar a iniciativa do Sr. José Antônio Vidal pela criação dessa escolinha, que abriga principalmente crianças de baixa renda, tirando-as das ruas e descobrindo talentos.

Mais tarde, Gilberto Silva passou a jogar na Associação Recreativa dos Colaboradores da Embaré - ARCE -, de nossa cidade. Sinto-me feliz em lembrar neste momento que, entre várias liberações de recursos para a ARCE, fomos responsáveis pela iluminação do seu campo de futebol, campo esse que é orgulho de toda a região.

De Lagoa da Prata, nosso conterrâneo veio para Belo Horizonte, onde jogou no América e hoje é titular do Clube Atlético Mineiro. Com a sua

competência, chegou à Seleção Brasileira. Entre os 23 jogadores, Lagoa da Prata se faz presente do outro lado do mundo, suando a camisa para alegria do povo brasileiro.

Mas Gilberto Silva, diferente de alguns jogadores de futebol, está hoje voltado para os menos favorecidos de nossa cidade. Usa o futebol como arma para combater a miséria e a fome. A Sociedade São Vicente de Paulo, o Núcleo do Câncer e a APAE são algumas das entidades de Lagoa da Prata beneficiadas com a ajuda do jogador. Talvez, pelas dificuldades encontradas no decorrer de sua vida, tenha aprendido a importância do amor ao próximo. Não se descuida também de seus familiares.

Como representante de Lagoa da Prata, como filha daquela cidade, quero deixar registrado nos anais desta Casa um pouco da história do lagopratense, do mineiro, do brasileiro Gilberto Silva.

Obrigada, Sr. Nísio e Maria Izabel, por terem escolhido Lagoa da Prata como terra natal do "Menino de Ouro", como sempre foi chamado, principalmente pelo jornal "Hoje em Dia". Boa sorte, Seleção Brasileira. Boa sorte, Gilberto Silva. Obrigada.

O Deputado Wanderley Ávila - Sr. Presidente, Deputado Bené Guedes, que, nesta tarde, brilhantemente, substituiu nosso Presidente, Deputado Antônio Júlio, Srs. Deputados, presentes nas galerias, cumprimento a Deputada Maria Olívia pelas palavras alusivas àquele cidadão ilustre da sua terra, Lagoa da Prata: Gilberto Silva. Associe-me à Deputada para falar de duas paixões da minha vida. Em primeiro lugar, minha mensagem é dirigida a Pirapora. Minha segunda paixão é pelo glorioso Clube Atlético Mineiro. Então, cumprimento-a e alio-me a V. Exa. nesta homenagem àquele que tão bem representa o Brasil em outras plagas.

Hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos homenagear a nossa querida Pirapora, que, no dia primeiro próximo passado, comemorou 90 anos de emancipação político-administrativa. E o hino do Édson de Oliveira, Hino à Pirapora, retrata o quanto aquela cidade representa para todos nós, piraporenses, filhos legítimos, ou adotivos, como é o meu caso, que tem a vaidade, o orgulho de ter, no currículo político, o título de Prefeito dessa cidade, de 1983 a 1988. Em Pirapora, prestamos o nosso serviço, como educador, no Colégio São João Batista. Tenho orgulho de ser Deputado Estadual, mas, acima de tudo, de ser piraporense e de ter sido Prefeito da nossa querida Capital Morena do Rio São Francisco.

O hino diz que: "Contemplando a formosa princesa/E cantando com todo fervor/ Os seus vultos e suas riquezas/ Sua vida de paz e amor/Acompanha de perto o progresso/Integrando o seu lar social/Pirapora florida e bela/A crescer de modo industrial./ O seu céu tem mais estrelas/Sua vida mais amor/Pirapora Deus abençoou.../ Margem do Rio São Francisco/Sexagenária princesa/Quem visita nossa Pirapora/ e encanta com sua beleza/Hoje canto feliz este nome/ Porque sei não existir igual,/Pirapora, cidade mineira, Cantemos de pé os seus anais. /O seu céu tem mais estrelas/Sua vida mais amor/Pirapora Deus abençoou...".

(Essa é uma verdade nua e crua, é uma verdade verdadeira.)

"Salmeron e Rodrigo Soeiros/Bandeirantes que chegaram aqui/Muitas lutas que foram travadas/Com a tribo dos índios Cariris/Transformaram os índios guerreiros/Numa tribo de grande valor/Na façanha foram pioneiros/Agraciados pelo bravo destemor./O seu céu tem mais estrelas/Sua vida mais amor/Pirapora Deus abençoou... /O passado não foge à época/Dos Salmeron e Soeiros/Encontram lugar na história/Deste povo ribeirinho e hospitaleiro/A trilha o caminho do sucesso /Evoluindo o seu nível cultural/Conquistando a supremacia/Contemplando o cenário nacional./O seu céu tem mais estrelas /Sua vida mais amor/Pirapora Deus abençoou...".

O mais bonito de tudo isso é que a responsabilidade dos que a dirigem continua a mesma.

Tenho orgulho de ser representante dessa cidade na Assembléia Legislativa. Orgulho e satisfação maior tenho ainda de ter como companheiro, nos ajudando em Brasília, o Deputado Federal Fernando Diniz. Faço alusão ao seu nome por causa das obras com que nos presenteou neste ano, tornando o aniversário mais festivo ainda. O nosso Prefeito, Leônidas Gregório de Almeida, foi reconduzido ao cargo, sendo que nas eleições para o primeiro e segundo mandatos teve as votações mais expressivas que a nossa Pirapora deu a um candidato a Prefeito e a um Prefeito candidato.

Nesse dia 31 de maio, que antecedeu ao dia do aniversário de Pirapora, tivemos a oportunidade de visitar pelo menos três de uma série de obras feitas na cidade. Pelo que consta, apenas 14% das cidades brasileiras possuem aterro sanitário. Em Pirapora, estamos construindo uma obra dessa natureza, porque a produção de lixo chega a 30t por dia. Durante um período de 15 anos, o lixo não será problema no município, porque serão construídas 15 células, e cada uma levará um ano para ser preenchida com o lixo diário. Estão sendo consumidos, num primeiro momento, R\$500.000,00, já creditados na caixa.

Outra obra que visitamos - e também são poucas as cidades brasileiras que a têm, e Pirapora dá o exemplo, saindo na frente - foi a estação de tratamento de esgoto. Ficamos encantados e até um pouco abastalhados com o tamanho dessa obra. Todo o esgoto de Pirapora, por meio da construção dos interceptores e das elevatórias, cairá no rio São Francisco, um pouco abaixo da cidade, totalmente tratado e recuperado. Os recursos, que já estão na caixa da Prefeitura, são da ordem de R\$2.325.000,00. Esse é o motivo por que nos referimos ao Deputado Federal Fernando Diniz. Os recursos foram alocados à Prefeitura de Pirapora como resultado de seu esforço, em parceria conosco e com a Prefeitura.

Outra obra que encanta a todos em Pirapora, em Minas Gerais e no País é a revitalização do Vapor Benjamim Guimarães. Os recursos para essa obra são os únicos que ainda não estão na caixa, mas a Prefeitura já desembolsou aproximadamente R\$160.000,00 para essa obra.

O asfaltamento de ruas está orçado em R\$400.000,00. A revitalização da orla fluvial de Pirapora ficará em R\$240.000,00. As obras serão iniciadas nesta semana, com a remodelação das duchas. A aquisição de patrulhas mecanizadas ficará em R\$160.000,00. A drenagem pluvial no Bairro Bom Jesus 2 está orçada em R\$120.000,00. A ampliação do nosso hospital oftalmológico, que presta serviços a todo o Estado, ficará em R\$60.000,00. Essa obra já está fase final. Temos, também, a primeira doação de 60.000m² para a construção do "campus" da UNIMONTES.

A construção do prédio está orçada em R\$400.000,00.

Essas são algumas das obras que o Prefeito, juntamente com o Deputado Wanderley Ávila e o Deputado Fernando Diniz, nestes 90 anos de emancipação, entregou à comunidade de Pirapora.

O Deputado Carlos Pimenta (em aparte) - Não poderia deixar de participar, Deputado Wanderley, principalmente para testemunhar, perante todo o povo mineiro, o teor verídico de seu pronunciamento.

O Prefeito Leônidas, que o apóia e exerce o segundo mandato, tem feito trabalho fantástico em Pirapora. Tem dado demonstração de competência e, principalmente, tem ao seu lado pessoas que também são competentes, como V. Exa. e o Deputado Federal Fernando Diniz, que tem trabalhado muito pelo desenvolvimento da nossa região, o Norte de Minas.

Quero também testemunhar o trabalho do Deputado Federal Fernando Diniz, que, no Norte de Minas como um todo, se tem mostrado de forma muito discreta. É um Deputado que não aparece na mídia, nos jornais, mas tem presença marcante no Congresso Nacional. Tem experiência e realiza um trabalho fantástico em todas as regiões. Com certeza, deve ser um dos Deputados mais votados de Minas Gerais.

Tenho o prazer e a satisfação de trabalhar com o Deputado Fernando Diniz em 30 municípios norte-mineiros; por isso, posso dar este depoimento, este testemunho. Da mesma maneira, quero que também receba as nossas homenagens o povo de Pirapora, que, neste último fim de semana, comemorou mais um ano de emancipação política.

Deixo o nosso reconhecimento pelo trabalho sério e profissional de V. Exa. com o Deputado Federal Fernando Diniz, agora em favor de Pirapora, a exemplo do que aconteceu em mais de 60 municípios norte-mineiros. Parabéns pelo seu pronunciamento e ao povo de Pirapora por ter o Prefeito Leônidas, tão competente à frente da administração, com a ajuda de V. Exa. e do Deputado Federal Fernando Diniz.

O Deputado Wanderley Ávila - Agradecemos ao Deputado Carlos Pimenta, que, com certeza absoluta, no próximo dia 7, estará conosco em Pirapora, discutindo o Encontro das Águas II, em sua segunda etapa.

Por questão de justiça, é impossível fazer referência ao Prefeito Leônidas Gregório sem associar ao seu o nome do Vice-Prefeito Bartolomeu Manhães, popularmente conhecido por Bartô. É aquele que a todo o momento, ombro a ombro, se encontra com o Prefeito Leônidas junto à população, principalmente junto às classes menos assistidas.

Também não é para menos, já que o Venerável da Loja Macônica Fraternidade Piraporense carrega dentro de si, e tem não só no seu semblante, como também em seu coração, esse espírito de ser útil e de ajudar o semelhante. Assim prestamos a nossa homenagem ao Vice-Prefeito Bartolomeu Manhães.

Dirijo o mesmo elogio à Câmara Municipal, não só àqueles Vereadores que desde o primeiro momento cerram fileiras com a administração, mas também àqueles que prestam o seu trabalho fazendo oposição.

Ao homenagear aquela cidade, repito com orgulho: o meu currículo político foi enriquecido por ter tido o prazer, a felicidade de ser seu Prefeito de 1983 a 1988. Rendemos, portanto, a nossa homenagem àquela população, àquela cidade, que nos recebeu e nos abraçou como filho. Muito obrigado.

O Deputado Edson Rezende* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público presente, telespectadores, senhores e senhoras, o assunto que trago nesta tarde me dói muito, já que se trata da íntima relação que tenho, como profissional de saúde e pneumologista - que trata de um órgão tão vital, tão importante como os pulmões -, freqüentemente lidando e amparando trabalhadores vítimas de más condições ambientais, expostos a poeiras do trabalho, a gases do trabalho, à umidificação, ao clima, enfim, várias situações, vários fatores que propiciam o início e a piora de determinadas doenças. Estou falando hoje sobre uma doença chamada silicose. Estou falando, senhores, de uma doença que é progressiva, que é incapacitante, de graves proporções, que reduz o tempo de vida drasticamente e provoca sofrimento de grande angústia, a chamada angústia respiratória. Possivelmente, muitos dos senhores e senhoras ainda não viveram a experiência de assistir a uma pessoa morrendo de falta de ar. Senhores, é dramática e penosa a luta final de um paciente tentando sorver o ar, que, apesar de abundante ao seu redor, falta-lhe nos pulmões, incapazes de aspirá-lo em quantidade suficiente para manter a oxigenação do sangue. Endurecidos pela silicose, endurecidos pela sílica inalada durante o árduo trabalho subterrâneo nas minas da Mineradora Morro Velho, os pulmões de tais trabalhadores, em razão do pó que aspiraram, provocam um final de vida triste, uma estafa muscular, devido ao máximo endurecimento pulmonar. Em Nova Lima, Raposos, Rio Acima milhares de trabalhadores estão com os pulmões infiltrados de sílica, fibrosados pela sílica. Há também aqueles cujos pulmões aparecem normais na radiografia, e que, anos depois, apresentarão sintomas, sinais, enfim, alterações radiológicas característicos dessa doença tão grave.

Em dezembro de 2000, dezenas desses trabalhadores, já doentes, iniciaram um grande movimento inconformados com as indenizações propostas pelo Ministério Público. Hoje, senhores, dezenas de trabalhadores já com os sintomas, esperando, como se estivessem numa fila, o seu próximo momento, o momento de morte.

Em dezembro, depois de quase nove anos de luta para ter suas indenizações, iniciam um movimento, a fim de que as indenizações propostas pelo Ministério Público, de R\$7.000,00 a R\$14.000,00, fossem revistas. Em 1999, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública contra a Mineradora Morro Velho e conseguiu, naquele momento, que os trabalhadores vítimas de silicose recebessem essa quantia irrisória. Naquela época, eles estavam na Secretaria Adjunta de Direitos Humanos.

Em junho de 2001, a partir de um requerimento do Deputado Durval Ângelo, realizou-se a primeira audiência pública, aqui na Casa, para discutir a questão. Em setembro de 2001, em atenção a requerimento de minha autoria, realizamos uma audiência pública em Nova Lima, com a participação de cerca de 600 mineradores. Em 16/11/2001, iniciamos a CPI da Mineração Morro Velho, para investigar as indenizações, os danos sociais e ambientais. Foi um momento oportuno e importante, para levantarmos a história daquela empresa, dos silicóticos e do lucro daquela empresa, que hoje pertence à Anglo Gold, uma das maiores mineradoras do mundo, que tem um passivo nas bolsas de valores de nada menos que US\$3.000.000.000,00.

Por outro lado, há uma legião de deserdados, de pacientes de uma doença grave, chamada silicose, os quais tinham, até aquele momento, uma proposta de indenização irrisória, que sequer daria para a compra de medicamentos e muito menos para prover uma alimentação, uma moradia e uma vida digna. Foi um momento importante para saber quais foram as situações anteriores e qual é o passivo e a responsabilidade social daquela empresa hoje com as vítimas, que trabalharam duro para enriquecer a Mineração Morro Velho. No entanto, contraditoriamente, esses trabalhadores estão na pobreza, sem casa para morar, com um salário indigno, que não dá para sustentar uma vida normal, quanto mais quando é preciso comprar medicamentos que, muitas vezes, passam de R\$150,00 a R\$200,00.

Foi um momento importante também para sabermos que o ambiente de trabalho, apesar da melhora nos últimos cinco anos, ainda tem muito a avançar, como disse o próprio Presidente da Mineradora Morro Velho, Roberto Carvalho. Em seu documento, apresentou um índice que internacionalmente é de 6,5, mas, na Mineração Morro Velho, esse índice é de 9,5, mostrando que é preciso avançar.

Há ainda um passivo humano na maior mina de água. As pessoas compraram lotes quando ainda não havia barragem - pelo contrário existia no local uma maravilhosa mina de água -, pagando em prestações de 18 a 36 meses. Hoje, as pessoas que vão ao local podem ver, pelas fotografias, que essa barragem, no momento, vai subindo, e os rejeitos se acumulando e tomando conta das ruas. Podemos ver um poste coberto de água até a metade, no local onde havia uma rua.

Os moradores que compraram os lotes, apesar de tê-los comprado antes da barragem, não tiveram ressarcimento do prejuízo da ação do arsênio e de outros gases tóxicos que contaminam as crianças, especialmente daquele bairro.

O processo judicial, extremamente lento, prejudica milhares desses trabalhadores. Concluímos, então, além de muitas outras coisas, que a

empresa deve aos silicóticos e a seus familiares.

O momento foi importante para avaliação, e nós, devido à riqueza das informações e à necessidade de obter ainda mais outras informações conseguimos a prorrogação dos trabalhos da CPI por 20 dias. Como subrelator, senti a necessidade de ouvir de várias outras pessoas. O Presidente da FEAM foi convocado a comparecer a esta CPI. Não compareceu e não se justificou. No entanto, este parlamentar não conseguiu convencer o Presidente da CPI a que aproveitássemos o tempo de prorrogação para chamar o Presidente da FEAM e outros para que prestassem as informações de que precisávamos. Apesar da situação em que se encontra hoje a mina de água, com todos esses rejeitos, sem sabermos se existe camada de impermeabilização nessa barragem - porque, sem essa camada, pode estar havendo contaminação dos lençóis freáticos e do Rio das Velhas -, não conseguimos que o Presidente da FEAM fosse reconvocato pelo Presidente da CPI.

Apesar da insistência deste parlamentar, deste relator parcial, em que seu prazo fosse dilatado por seis dias, após a leitura do relatório, a fim de que pudesse analisar, adicionar ou buscar documento sintético dos dois relatores - o formal e o parcial - foram-lhe concedidas apenas 6 horas.

No dia 23 de abril, às 10 horas, pedi prazo de 6 dias para, como relator contribuir com minha visão, e tive o pedido de 6 dias transformado em 6 horas. Entendo que isso foi cassação do direito deste parlamentar de poder apresentar suas idéias.

Não conseguimos também, devido a questão regimental, apresentar emendas aditivas. Só podemos, pela interpretação do art. 104 do Regimento Interno, apresentar emendas restritivas. Fomos, então, obrigados a elaborar relatório parcial, que se baseia em parte importante do relatório oficial, acrescentando nossas idéias e interpretações. Por quê? Documentos que pedimos ao DNPM, por exemplo, sequer chegaram a tempo para análise. Desnecessariamente também os trabalhos da CPI foram interrompidos, mesmo havendo tempo hábil, até 6 de junho, para sua conclusão. A pergunta que fizemos foi: quais as razões para não se aceitar a contribuição do relator parcial, já que havia tempo hábil para apresentá-lo? Por que não acrescentar a questão do passivo dos danos sociais e ambientais, que foram esquecidos ou subestimados no relatório oficial?

Este relatório que ora apresento, e para o qual pedimos a assinatura de oito parlamentares, foi a única saída deste Deputado, já que não pudemos fazer emendas aditivas em Plenário. Insistimos para que o Plenário faça a revisão da matéria, pois aqui apresentamos um outro olhar, acrescentado ao olhar do relator oficial. Este relatório - é uma forma de dizer, talvez tenha sido uma exceção - não foi fruto do consenso dos membros da CPI. Se um membro da CPI, o Deputado Edson Rezende, solicita a seus pares seis dias para que possa acrescentar ao relatório sua argumentação, por que isso não lhe é concedido, uma vez que sua solicitação foi feita em tempo hábil? É com constrangimento que trago este relatório parcial de minha visão, e faço-o no cumprimento do meu dever, sentindo que fui cassado no direito de apresentar minhas idéias para a negociação de um relatório único. Aqui se encontra meu relatório, apresentado em Plenário, e que será encaminhado ao Ministério Público. Obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado Márcio Cunha* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, como ex-Vereador por Belo Horizonte, amigo que sou da cidade vizinha de Nova Lima, solidarizo-me com vocês, trabalhadores da Mina de Morro Velho. Fui procurado por seus representantes, que disseram estar solidários com sua reivindicação.

Trago um assunto que se tornou uma bandeira por nós levantada, em Belo Horizonte, desde 1993: a questão do anel rodoviário. Duplicado no início da década de 80, desde essa oportunidade precisava ser complementado com iluminação e demais obras, para que não se tornasse uma via que trouxesse transtornos a nossa cidade. Mas, com o crescimento desordenado de nossa Capital, o anel rodoviário tornou-se praticamente uma via urbana em Belo Horizonte. E começou um verdadeiro jogo de empurra para saber de quem seria a responsabilidade de suas obras complementares. Trata-se de uma via de responsabilidade do DNER; portanto, legalmente falando, é uma via de responsabilidade do Governo Federal. Mas é uma via que se incorporou ao tráfico urbano, e por isso o Estado e o Município de Belo Horizonte têm também responsabilidades para com ela. Em 1993, como Vereador de Belo Horizonte, realizamos, na Associação Comercial de Minas Gerais, um café parlamentar, onde esteve presente a sociedade organizada de Belo Horizonte, representada pela Associação Comercial, CDL, Federação das Indústrias, pelo Lions Club, Rotary Club, pelas associações comunitárias, pela Federação das Associações Comunitárias, assim como pelo DNER, Governo do Estado e pelo Ministro dos Transportes, à época.

Na oportunidade, levantamos a bandeira das obras complementares no Anel Rodoviário de Belo Horizonte. A situação era politicamente esdrúxula - porque tínhamos, em Belo Horizonte, um Prefeito do PT; no Estado, um Governador do PSDB; no Governo Federal, um Presidente do PSDB; o órgão do DNER era chefiado por companheiro nosso do PMDB, o Deputado Tarcísio Delgado, e o Vereador dirigente do assunto era também do PMDB e por isso parecia impossível conseguirmos um acordo. Mas, felizmente, assinamos o acordo no dia 15/9/95, dois anos após levantarmos a bandeira e constituirmos o Movimento SOS Anel Rodoviário. Esse convênio veio assinado pelo Diretor-Geral do DNER, Tarcísio Delgado, pelo Prefeito Patrus Ananias, pelo Superintendente da SUDECAP, pelo Diretor-Presidente da BHTRANS, pelo Procurador-Chefe da CEMIG, pela Procuradora-Geral do Estado e pelo Governador Eduardo Azeredo. Ficou estipulado que caberia ao Governo do Estado a responsabilidade de iluminar os 26km do anel rodoviário, e isso acarretou uma obra, à época, de mais de R\$8.000.000,00. Portanto, justiça seja feita, o Governo Estadual cumpriu a sua parte no acordo. Caberia ao DNER recuperar todo o piso, fazer aquelas chamadas barreiras New Jersey e toda a sinalização estatigráfica. E o que o DNER fez? Recuperou algumas defensas e fez um serviço malfeito de recuperação do piso.

Não foi por uma ou duas vezes que denunciemos, na Câmara Municipal e na Assembléia Legislativa, a inadimplência, por parte do Governo Federal e do DNER, com relação às obras do Anel Rodoviário de Belo Horizonte. Qual é, nesse convênio, a responsabilidade da Prefeitura? Lerei a Cláusula 5ª: "O município receberá autorização do DNER, por meio de instrumento próprio, para executar intervenções nas áreas remanescentes como: a) transferência das famílias das áreas ocupadas; b) implantação de meios-fios, canteiros com arborização e ajardinamento nas áreas remanescentes e nos trevos; c) construção das passarelas sobre o anel rodoviário, conforme projeto aprovado pelo DNER". E para que tenham idéia, nesse projeto constavam nove passarelas. E o que fez o município em relação a esse convênio público, assinado em 1995? Licitou quatro passarelas e construiu três, uma através do orçamento participativo. E não fez a passarela no ponto do Anel Rodoviário onde, estatisticamente, temos maior número de acidentes: o início do Anel, próximo ao Bairro Nazaré, na saída para João Monlevade.

À Prefeitura cabia fazer a urbanização dos trevos e a remoção das famílias ao longo do Anel Rodoviário, mas não o fez. O pior é que, por falta desse não-cumprimento de sua parte no acordo, assistimos, a partir da iluminação do Anel Rodoviário, a uma invasão cada vez maior por parte das pessoas que, infelizmente, não tendo onde morar, recorreram a esse logradouro como única solução para sua condição subumana. Portanto, quero falar sobre essa notícia de jornal, pois os moradores e os jornalistas não sabem a quem imputar a responsabilidade pela catástrofe ocorrida no Anel recentemente: "Fogo destrói barracos no Anel (...) Um incêndio atingiu dez barracos de um terreno invadido, debaixo do viaduto do Anel Rodoviário, na altura do Bairro Universitário, na região da Pampulha (...) A principal suspeita é a de que o fogo teria começado por causa de um curto-circuito nas ligações clandestinas de energia elétrica que passavam por cima de um dos barracos". Além das invasões, infelizmente, todas as ligações de energia elétrica são clandestinas, e, provavelmente, uma delas provocou um curto e gerou essa tragédia. "A CEMIG afirma que não pode colocar um padrão de luz, mas não podemos viver sem energia. Afirmam os moradores. Segundo a Sra. Rita, o DNER, proprietário da área invadida já prometeu retirar as famílias do local, "mas nunca fizeram mais nada: foram só promessas", acusou."

Portanto, essa é uma responsabilidade não só do DNER, mas também da Prefeitura, que não cumpriu as promessas feitas ao Movimento SOS Anel Rodoviário, cabendo a ela a remoção dessas famílias e a solução do problema dos invasores do Anel, colocando-os em lugar digno, para se estabelecerem com suas famílias.

Mais uma vez estamos fazendo solicitação à Procuradoria-Geral desta Casa, a fim de que encontre forma de o Movimento SOS Anel Rodoviário ou de umas das associações - muitas delas constituídas há décadas - ingressar em juízo, exigindo do DNER e da Prefeitura o cumprimento do acordo público que fizeram conosco, com vistas a resolver definitivamente o problema do Anel. A população não pode conviver com essa situação.

Com a iluminação, reduzimos em mais de 50% os índices de acidente no Anel Rodoviário. Por essa razão, à época do apagão fui uma das pessoas que brigaram e denunciaram, indo ao Ministro dos Transportes Eliseu Padilha, para exigir que o Anel não fizesse parte do programa, pois comprovávamos, com dados estatísticos, que, após sua iluminação, tínhamos reduzido os acidentes a mais da metade. Infelizmente, não conseguimos fazer com que o Anel Rodoviário fizesse parte, mas reduzimos o tempo do apagão no local, obtendo uma conquista.

Mais uma vez estou aqui para denunciar e dizer que a responsabilidade por esses barracos destruídos é do DNER e da Prefeitura, pois não cumpriram o acordo do Movimento SOS Anel Rodoviário.

Debaterei outro assunto, apesar de não dispor de bastante tempo, e chamo a atenção da imprensa presente. Há cerca de um mês, desta tribuna, anunciava que teria ligado para o Senador Pedro Simon e dito que, como Secretário-Geral do PMDB em Minas, estaria à sua disposição, como soldado desse partido, mas, acima de tudo, como alguém que ajudou a construir a imagem do partido em Belo Horizonte. Em 1980, realizamos a incorporação do PP ao MDB, fundando o PMDB, para lutarmos, até o último minuto, pelas eleições diretas para Presidente da República pelo nosso partido. Qual não foi a minha decepção ao ver, recentemente, Pedro Simon disputando com a Deputada Federal Rita Camata a indicação por parte da cúpula do PMDB para compor chapa com o candidato do PSDB. Isso é um vexame, uma vergonha nacional. Muitos de nós ainda estamos de pé. Por isso, anuncio que conversei com o Senador Roberto Requião, que irá à convenção e que será, sem dúvida, o representante do PMDB do País inteiro, que não aceita e não compactua com o escárnio e a vergonha dessa tentativa de o PMDB nacional vincular-se, mais uma vez, ao Governo Federal, que não deu respostas à população brasileira com relação àquilo de que precisamos para mudar e melhorar o País.

Anuncio que, em breve, no mais tardar na próxima semana, faremos um novo pronunciamento, com o depoimento do Senador Roberto Requião. Muito obrigado.

*- Sem revisão do orador.

O Deputado Carlos Pimenta - Sr. Presidente, Srs. Deputados, finalmente temos a oportunidade de discutir e votar um dos projetos sociais mais importantes do Estado na administração do Governador Itamar Franco. Trata-se de autorização legislativa para que o Estado possa firmar convênio com o BIRD e aplicar recursos próprios e da comunidade num projeto que será destinado exclusivamente ao Norte de Minas e ao vale do Jequitinhonha, com o intuito de combater a pobreza. Quando digo que finalmente temos esta oportunidade digo e reforço que esse projeto está estribado e fundamentado num passado que tivemos em Minas Gerais, quando, na administração do Governador passado, celebramos o projeto de apoio ao pequeno produtor rural, que proporcionou a milhares de pequenas propriedades rurais e associações comunitárias a oportunidade ímpar de aplicar recursos para a recuperação do trabalhador rural, verdadeira valorização do homem do campo. E, nesse passado, a experiência mostra e autoriza não só a votar no projeto, como também a defender essa proposta do Governador que certamente fará diferença na região do Norte de Minas e no vale do Jequitinhonha. Foram pequenas propriedades rurais eletrificadas com recursos a fundo perdido, as Prefeituras entravam com a contrapartida da mão-de-obra e do transporte de materiais e tivemos centenas e centenas de pequenas propriedades com suas eletrificações rurais. Muitas outras puderam adquirir os tratores e implementos agrícolas, revolucionando a ajuda ao pequeno produtor rural. Hoje, essas associações, com orgulho e embasadas nesse passado vitorioso, deram um salto de qualidade e caminham com suas próprias pernas. Foram estradas cascalhadas, pontes construídas e reconstruídas, enfim, foi a oportunidade que faltava para que o Norte de Minas tivesse acesso a esses recursos e pudesse fazer a grande diferença. É importante salientar que esse projeto foi apresentado na Casa há alguns meses e encontra-se vagando de comissão em comissão. Houve períodos em que foi literalmente engavetado e cobramos - eu, a bancada do Norte e, de maneira especial, o Deputado João Batista de Oliveira, que cobrou várias vezes - que esse projeto pudesse chegar ao Plenário. Hoje está sendo discutido em 2º turno e será votado, se Deus quiser, ainda hoje ou, no mais tardar, amanhã. Após a votação desse projeto, poderemos dar resposta a centenas de associações comunitárias rurais, a dezenas de Prefeituras que esperam essa grande oportunidade. Sabemos que o combate à pobreza do Norte de Minas e do Jequitinhonha tem a obrigação de sair da retórica e partir para a prática. O Governo solicita autorização legislativa para contrair empréstimo da ordem de US\$70.000.000,00, em torno de R\$200.000.000,00, e colocará como contrapartida do Tesouro do Estado cerca de US\$15.000.000,00 e a contrapartida das Prefeituras e das associações em torno de US\$8.400.000,00, recursos mais do que suficientes se forem bem empregados e administrados. Sabemos que isso vai ocorrer porque a fiscalização do Banco Mundial e a seriedade das Prefeituras e dos pequenos produtores são exemplo suficiente para que essa Casa possa dar essa grande oportunidade ao Norte de Minas e ao vale do Jequitinhonha. Temos a certeza absoluta de que é a reedição do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - o PAP II -, tão prometido e que infelizmente não saiu do discurso.

Com certeza votaremos maciçamente. Peço o apoio dos outros parlamentares em meu nome e no da nossa bancada do Norte de Minas e do vale do Jequitinhonha. Tomo a liberdade de pedir também o apoio dos companheiros em nome do Deputado João Batista de Oliveira. Vejo o Deputado Marco Régis, do Sul de Minas, que nos tem acompanhado nas caminhadas pelo Norte. Tenho a certeza de que os Deputados do Triângulo, da Região Metropolitana de Belo Horizonte, da Zona da Mata, ombrearão com nossa bancada, na votação em regime de urgência desse projeto. Esperamos que o Sr. Governador Itamar Franco honre o seu compromisso e anuncie, ainda neste mês de junho, a reedição do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

Com certeza absoluta, as dezenas de cartas e ofícios que recebemos diariamente terão, a partir de agora, uma resposta, porque é recurso novo, garantido, que tem a experiência de um passado vitorioso e certamente fará grande diferença para a nossa região.

O Deputado Marco Régis (em aparte)* - Ilustre Deputado Carlos Pimenta, agradeço a oportunidade que V. Exa. me concede de comentar o pronunciamento que neste momento profere sobre o projeto em que o Governador do Estado solicita autorização ao Poder Legislativo para contrair empréstimo junto ao BIRD, para aplicações no PAP II. Gostaria que V. Exa., Deputado atuante de Montes Claros e de toda região norte mineira, detalhasse os critérios seguidos no PAP I, para que possamos acompanhar a aplicação do PAP II.

Sou useiro e vezeiro em repetir nesta tribuna que não me julgo Deputado distrital. Não sou Deputado de Muzambinho, que é minha principal base, do Sudoeste de Minas, mas sou majoritário em Esmeraldas, na grande Belo Horizonte, em Berilo, no vale do Jequitinhonha. Isso se deu através do meu trabalho de andanças por este Estado e de escolher determinadas localidades para realizar um trabalho para que pudesse conhecer todas as regiões.

V. Exa., que agora também freqüenta o Sul de Minas e está fazendo trabalho político em Alfenas, percebe que fazer política em todo o Estado nos dá maior satisfação, porque passamos a conhecer a realidade do Estado. Quando os projetos chegam ao Plenário e não temos tempo de acompanhá-los todos nas comissões, porque cada um está comprometido com a sua comissão, temos essa oportunidade.

Se somos um Deputado comprometido com todo o Estado, devemos estar preparados para votar tais projetos no Plenário da Assembléia Legislativa. Por isso o parabênzo por essa intervenção e gostaria que V. Exa detalhasse os benefícios e os critérios que levaram ao PAPP I. Obrigado.

O Deputado Carlos Pimenta (continuando) - Agradeço, Deputado Marco Régis. Para deixar bem claro e externar nossa satisfação com esse projeto, gostaria de fazer a exposição de motivos do Governador Itamar Franco, quando solicita essa autorização legislativa. Na sua exposição, o Sr. Governador diz o seguinte: (- Lê:)

"Na região mineira do Nordeste, encontra-se uma das maiores concentrações de pobreza do Estado de Minas Gerais, detentora de indicadores socioeconômicos extremamente precários, com carência generalizada de infra-estrutura social básica e produtiva, representando uma das regiões mais pobres do País.

A situação social da região está bem sintetizada nos valores do Índice de Desenvolvimento Humano - IHD -, onde cerca de 90% dos municípios se classificam como abaixo do desenvolvimento humano, ou seja, abaixo do parâmetro de 0,5, médio desenvolvimento humano."

É importante que o Governo reconheça não só a pobreza, porque tenho dito por várias vezes que o Norte de Minas, e o Jequitinhonha não são uma região pobre, mas uma região desassistida, uma região que tem no Governo do Estado e no Governo Federal, em todos os governos de tantos e tantos anos, uma falta de assistência muito grande. O Governo tem com o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha uma dívida que se acumulou por várias e várias legislaturas, por vários e vários governos. Agora vejo o início do resgate dessa dívida com nosso povo norte-mineiro. (- Lê:)

"A precariedade dessa região torna-se mais acentuada por estar localizada no semi-árido, apresentando baixo potencial de fertilidade da terra e escassez de recursos hídricos, que se tornam cada vez mais problemáticos, seja pela insalubridade, seja pelo assoreamento das fontes restantes, inclusive dos grandes rios, como, por exemplo, o Jequitinhonha, o Verde Grande e o Gorutuba, rios esses que já tiveram grande potencial hídrico, restando hoje praticamente o rio São Francisco, mesmo assim já bastante assoreado."

Essa exposição de motivos, na verdade, torna-se quase que uma confissão da falta de investimento dos vários Governos. Pela primeira vez, vejo o Governador Itamar Franco desencadear um processo de respeito a essa região. Estamos vendo que nossos rios, como o próprio Governo disse, são rios que há poucos anos eram rios caudalosos, com grande potencial hídrico, e hoje estão morrendo. O Verde Grande, um dos principais rios do Norte de Minas, está à morte, numa situação quase que irreversível, tanto assim é, que o Governo Federal e o Governo do Estado se esforçam para a construção da barragem do rio Congonhas, para abastecer Montes Claros e perenizar o rio Verde Grande, anteriormente um dos mais caudalosos do Norte de Minas. (- Lê:)

"As intervenções feitas na região, em que pese aos esforços governamentais em desenvolver ações bem-sucedidas para a redução da pobreza no Estado, particularmente na implementação do Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PAPP-MG -, articulado com outros programas e projetos estaduais ou municipais, apontam para a necessidade da continuidade dessas ações, porque as causas da pobreza, historicamente acumuladas, ainda não foram superadas na sua essência."

É necessário que se coloque o dedo na ferida, que se promova uma ação verdadeira para realmente darmos essa assistência ao nosso povo.

Gostaria de chamar a atenção, Deputado Marco Régis, para esse tópico da exposição de motivos do Governador. (- Lê:)

"Financiar pequenos empreendimentos comunitários significa realizar investimentos direcionados a aumentar a produção e a produtividade, gerar empregos e, ainda, implementar projetos relevantes de infra-estrutura social, de maneira a permitir uma melhor qualidade de vida ao público beneficiário, mantendo a população no seu local de origem.

É com esse objetivo que o Governo Estadual implementou as ações do PAPP-MG, no período de 1993 a 1997, com recursos de empréstimos feitos junto ao Banco Mundial, executando 1.844 projetos comunitários, aportando recursos da ordem de R\$56.000.000,00, beneficiando 113 mil famílias." Isso com, praticamente, 1/4 dos recursos que serão colocados à disposição do Norte de Minas e do Jequitinhonha. O PAPP II terá quatro vezes mais recursos que o PAPP I. Vejam a grandiosidade do projeto de que hoje fazemos a defesa, esperando que seja votado ainda nesta semana, honrando-se os compromissos do Governador Itamar Franco. (- Lê:)

"Os estudos de avaliação do Programa, cujos termos de referência foram elaborados pelo Banco Mundial, indicaram desempenho satisfatório na execução dos projetos implantados no âmbito do PAPP-MG, contribuindo de forma concreta para minimizar as dificuldades enfrentadas pela população rural da região do Norte de Minas, no período de 1993 a 1997. O Governo Estadual pretende destinar recursos financeiros para as regiões mais deprimidas do Estado, procurando reduzir a pobreza rural na região mineira do Nordeste, buscando, com isso, incrementar o desenvolvimento regional a fim de diminuir as disparidades intra-regionais e reverter o quadro de estagnação econômica em que se encontra, cujo maior reflexo são os desequilíbrios sociais, com a migração de seus habitantes no sentido campo-cidade, que é o êxodo rural, acarretando a transformação acelerada das cidades - enormes periferias urbanas, concentração fundiária e favelização rural e urbana." Há pouco tempo, cidades como Janaúba, com 80 mil habitantes, e Janaúria, com 80 mil habitantes, não tinham favelas. Hoje, as periferias das cidades de médio porte do Norte de Minas estão exatamente iguais às de Montes Claros e dos grandes centros, como Belo Horizonte. (- Lê:)

"Para tanto, desde 1999, a SEPLAN-MG, através da SUDENOR, resgatou o processo de entendimentos com a Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAIN - do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, com vistas à viabilização do Projeto de Combate à Pobreza Rural da Região Mineira do Nordeste - PCPR-MG -, PAPP II, culminando com a elaboração da carta-consulta do referido Projeto, que foi apresentada à Comissão de Financiamentos Externos - COFIEX -, vinculada ao Governo Federal, onde foi apreciada e aprovada, conforme resolução daquela Comissão, com a data de 12/3/2001." O Governo Federal teve, praticamente, um ano e dois meses para análise da carta-consulta do Governo do Estado, que só agora é liberada, numa demonstração de falta de consideração e de respeito para com Minas Gerais nesse e em outros programas importantes, como o PRODETUR, do Nordeste, que prevê aporte de recursos de R\$196.000.000,00. O Governo Federal discriminou Minas Gerais com sua falta de sensibilidade relativamente à análise das pretensões do nosso Estado. (- Lê:)

"A COFIEX recomendou a aprovação para que o Estado de Minas Gerais possa contrair empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD -, Banco Mundial, da ordem de US\$70.000.000,00, em duas etapas, que, somados às contrapartidas do Estado de Minas Gerais, de US\$15.200.000,00, e das comunidades beneficiárias, de US\$8.400.000,00 - oferecidas em trabalho, em materiais ou em espécie -, perfazem o total de US\$93.600.000,00, que serão aplicados em aproximadamente 3.700 projetos de investimentos comunitários, não reembolsáveis, de natureza econômica, social e de infra-estrutura básica, atendendo aos interesses das comunidades rurais localizadas nas áreas mais pobres da região mineira do Nordeste - Norte de Minas e vales do Jequitinhonha e do Mucuri -, beneficiando cerca de 186 mil famílias."

A partir da aprovação, o BIRD iniciou os entendimentos com a SEPLAN e a SUDENOR, buscando os subsídios necessários para a preparação da missão oficial do Banco Mundial ao Estado, realizada no período de 15 a 23 de agosto próximo passado, que representou o marco inicial das negociações para a contratação do Projeto entre o Governo e o BIRD e na qual, além dos contatos institucionais, foram realizadas visitas às

regiões que serão atendidas pelo Projeto, sendo avaliados o perfil dos municípios e comunidades e a situação dos projetos implantados, pela SUDENOR, no âmbito do PAPP I, bem como os arranjos institucionais para a execução do Projeto em negociação.

Assim, para dar prosseguimento às negociações e em obediência à Constituição Estadual, art. 90, inciso XVIII, faz-se necessária a aprovação do anteprojeto de lei autorizativa para o Poder Executivo contratar o empréstimo junto ao BIRD. Belo Horizonte, de outubro de 2001. Frederico Penido de Alvarenga, Secretário de Estado do Planejamento e Coordenação Geral."

É essa a exposição de motivos do Governo de Minas.

Quero cumprimentar, de maneira especial, o Governador Itamar Franco e o Secretário Frederico Penido, que muito nos ajudou e não mediu esforços, deslocando-se quantas vezes foram necessárias ao Norte de Minas para participar de reuniões com os nossos Prefeitos e Vereadores.

Sinto-me feliz e, embora o Plenário não apresente o quórum necessário para votação desse projeto, vamos manter contato com os nossos companheiros Deputados. Pedimos à bancada norte-mineira que nos auxilie nesse contato para que na reunião de amanhã, dia 5 de junho, possamos fazer justiça a mais de 380 mil famílias que serão beneficiadas pelo Programa de Apoio ao Pequeno Produtor Rural. É uma promissória social, assinada com a nossa região, que o Governador Itamar Franco rasga. Queremos ser eficientes e acreditamos que vamos ser, para que esses recursos possam chegar a Minas Gerais ainda neste ano e possamos iniciar mais um processo de transformação social no Norte de Minas. Fico feliz em fazer esse anúncio, em me comunicar com o Norte mineiro e ficarei mais ainda com a aprovação do PAPP II, prevista para amanhã, data que se tornará inesquecível para o Norte de Minas e o Jequitinhonha. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O Deputado José Braga* - Sr. Presidente, Srs. Deputados, imprensa, senhoras e senhores, ocupo a tribuna para participar da discussão desse projeto, em virtude de sua importância para o Norte de Minas e o vale do Jequitinhonha, mesmo tendo ouvido atentamente as palavras do Deputado Carlos Pimenta, que demonstrou a importância da aprovação desse projeto. Estamos nesta Assembléia há mais de 12 anos e participamos ativamente do PAPP I, ora apresentando projetos, ora lutando junto aos órgãos do Estado para carrear recursos para os nossos municípios, melhorando a "performance" dos representados e dos nossos companheiros políticos.

Não podemos deixar de manifestar nossa satisfação em discutir o mérito desse projeto, ao mesmo tempo em que temos a certeza de que encontra guarida em todos os Deputados e será aprovado por esta Casa.

Estamos acostumados a falar aqui da pobreza e das dificuldades sociais. O Deputado Carlos Pimenta diz que o Norte de Minas não é pobre, porém vemos, em todo o projeto, a palavra pobreza, e todos reconhecem que o Estado possui regiões diferenciadas, sendo claro que a região Norte encontra-se em estágio inferior de desenvolvimento. E é dever constitucional dos Governos estabelecer políticas compensatórias, a fim de eliminar essas desigualdades, ou seja, está na Constituição que é dever dos que são escolhidos pelo voto popular para governar o Brasil a tentativa de igualar as regiões.

Atualmente, assistimos a uma política na contramão da história, praticada, principalmente, pelo Governo Federal. Esse projeto tramita na Casa há certo tempo, e, embora tenhamos manifestado nossa satisfação em discuti-lo hoje, é lamentável verificar que chega à Assembléia para sua aprovação apenas no final do Governo Itamar Franco. Fizemos todo o esforço necessário e desejamos ardentemente que esse projeto fosse aprovado com maior antecedência, a fim de que pudéssemos, juntamente com o Governador, lutar para que os recursos do Banco Mundial chegassem a Minas Gerais e fossem aplicados.

Estamos vivendo um tempo em que o Governo Federal não está preocupado com a melhoria da qualidade de vida das populações mais pobres nem com a diferenciação de estágios de desenvolvimento, mas, sim, com sua imagem junto à comunidade internacional. O Governo, cada vez mais, está alienando nossas riquezas com a finalidade de fazer pagamentos à comunidade internacional, não se importando com o fato de isso trazer a miséria e o sofrimento para o povo do Brasil e, em Minas, principalmente para o povo da região Norte.

Por essa razão temos abominado a política praticada pelo Governo Federal, por estarmos vendo, na prática, o sofrimento que tem imposto às populações mais carentes do País, principalmente pela falta de políticas compensatórias para alavancar o desenvolvimento da região Norte e Nordeste de Minas.

Agora, temos nova política estabelecida pelo Governo, já no apagar das luzes, política essa do tipo filantrópico, a fim de tentar aliviar o sofrimento dessas populações. Certamente não podemos, de todo, ficar contra ela, mas temos que estar cientes de que não pode ser repetitiva, de que é meramente um paliativo para termos tempo de estabelecer políticas públicas capazes de sanar esse grave problema que tanto infelicitava a população brasileira, sobretudo a mais pobre.

O Deputado Luiz Tadeu Leite (em aparte) - Estou acompanhando o pronunciamento de V. Exa., nosso companheiro do PMDB e desejo ressaltar a sua rara sensibilidade para os assuntos referentes à área social, mostrando-se especialmente indignado ante essa política devassa do Governo Federal contra os mais pobres. Parece-me que este Governo neoliberal quer mesmo acabar com a pobreza, mas de outra maneira, não da forma social e correta como deveria. Parece-me que deseja acabar com os pobres, e não, com a pobreza, para que, de maneira radical, deixem de existir em nosso País. Mas sabemos que a maneira correta seria melhorar a condição de vida do povo. Esse empréstimo do Banco Mundial, que estamos analisando, dá condições para que sejam liberados os recursos, por meio do chamado PAPP II, para a região mineira da ADENE, que engloba o Norte de Minas e o Jequitinhonha. V. Exa. e eu somos vinculados umbilicalmente a essas regiões. Neste final de semana, estivemos em Pedra Azul, que, no último sábado, completou 90 anos de emancipação. Nessa ocasião, houve inauguração de diversas obras. A mais importante foi a implantação do curso superior gratuito de Educação Física da UNIMONTES. A UNIMONTES será implantada em Pedra Azul, como já o foi em Almenara. A presença da UNIMONTES no vale do Jequitinhonha é um ponto fundamental para o funcionamento regular da vida da região, para o respeito ao povo e para a melhoria da sua condição de vida. O Reitor José Geraldo de Freitas Drummond assinou o edital do vestibular, que será realizado no meio do ano, cumprindo compromisso do Governador Itamar Franco. Verificamos que um projeto como esse, aprovado, dará condições para que as pequenas comunidades, as mais pobres, especialmente aquelas com o IDH mais baixo do País, localizadas no Norte de Minas e no Jequitinhonha, possam receber a verba e o apoio para saírem da linha de pobreza, que é vexatória e constitui verdadeira chaga social em nosso País. Ainda verificamos essa pobreza extrema na região do Norte de Minas e do Jequitinhonha. Por essa razão, faço coro com o clamor de V. Exa., denunciando o Governo Federal insensível e buscando alternativas, como o Governador Itamar Franco está buscando com esse projeto, a fim de que o recurso seja suficiente para atender às pequenas comunidades, por meio do PAPP II.

Finalmente, lembro a V. Exa. e àqueles que nos acompanham pela TV Assembléia que acabamos de apor emenda modificando o art. 8º do Projeto de Lei nº 1.926, dando também ao IDENE, além da Secretaria do Planejamento, a possibilidade de destinar os recursos às comunidades carentes. Por meio de emendas apostas na última hora nesta Casa, somente a SEPLAN ficou com a prerrogativa de proceder à distribuição das verbas. Mas essa Secretaria não tem orçamento para distribuir às populações e não tem essa função executiva e orçamentária de liberar os recursos. Então, o IDENE também deverá ter possibilidade de distribuir esses recursos, porque, por meio dele, os recursos do Banco Mundial serão distribuídos. Esperamos contar com o apoio de V. Exa. e dos demais pares desta Casa para a aprovação dessa emenda que tivemos de fazer no 2º turno. Para isso, contamos com o apoio da maioria das Lideranças do Colégio de Líderes, para que pudéssemos apresentar, já nessa fase, mas não a destempo, essa emenda, que, aprovada, aperfeiçoará o projeto, porque dará condições ao IDENE para ser o órgão

repassador das verbas às comunidades mais carentes da nossa região. Perdão pelo alongamento do aparte, mas foi feito no vivo interesse de secundar V. Exa. naquilo que está tão bem expondo.

O Deputado José Braga* - Deputado Luiz Tadeu Leite, a sua participação só vem honrar o meu discurso e colaborar com ele, já que V. Exa. é um dos parlamentares mais brilhantes e respeitados desta Assembléia. Lídimo representante daquela região, sabe até melhor do que eu das necessidades e da importância fundamental que tem esse projeto para que possamos começar a pensar novamente no avanço social para aquela região. V. Exa. tem o nosso apoio para as suas emendas e, com certeza, também o dos colegas desta Casa.

Volto a dizer que a nossa participação é mais para manifestar a nossa alegria e a esperança de que possamos, o mais rápido possível, aprovar esse projeto. Que as autoridades competentes tenham êxito e, com brevidade, possam levar a cabo a missão de trazer esses recursos para Minas Gerais.

O Norte de Minas, o Jequitinhonha e todas aquelas regiões que agora estão englobadas na área da ADENE esperam, ansiosamente, esses recursos, como sei que os espera a minha região. Sou questionado freqüentemente pelos Vereadores, pelos agentes políticos, por aquelas pessoas que, de uma forma ou de outra, se interessam pelo desenvolvimento da nossa região e pelo aporte de recursos a ela, para que também possam, junto com os seus representados, inaugurar obras que contribuam para a melhoria da qualidade de vida do povo do Norte de Minas. Com certeza, estaremos avançando para o êxito na nossa missão de representar aquele povo, de fazer com que a nossa região avance para, pelo menos, se parecer com as regiões mais ricas deste Estado e deste País.

O Deputado Wanderley Ávila, que também é do Norte do Estado, preside esta reunião em que se discute projeto tão importante para a nossa região. Naturalmente, V. Exa. também está perfeitamente identificado com a profunda significação desse projeto e empenhado no seu êxito. Fazemos votos para que possamos ter êxito em mais esta caminhada em favor do povo do Norte de Minas. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLÉIA

Na data de 22/5/2002, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI do art. 79 da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.130, de 4/5/93, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/03/2002, combinadas com as Deliberações da Mesa nºs 1.509, de 7/1/98, e 1.576, de 15/12/98, observadas as estruturas estabelecidas pelas Deliberações da Mesa nºs 2.266, de 2002, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão e de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Eduardo Hermeto

exonerando Diogenes Timo Silva do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

exonerando Jaqueline Aparecida Orsine Maciel do cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Aires Aparecida Maciel Coelho para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas;

nomeando Rosilene Inácio de Oliveira para o cargo de Agente de Serviços de Gabinete, padrão AL-01, 8 horas.